

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/6318	9244/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (programa de concurso e caderno de encargos), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Fundamentação da necessidade de contratar

A cidade de Braga vai ser a Capital Portuguesa da Cultura em 2025, e por isso, o Município assume que a dinamização cultural é essencial à afirmação regional e internacional de Braga.

Nesse sentido, a estratégia de intervenção adotada nesta área passa pela dinamização de um conjunto de projetos e iniciativas que, alicerçadas em sinergias institucionais e num investimento progressivo nos equipamentos culturais, abrem portas a uma Cidade com um Programa Cultural diversificado e apelativo.

É essencial também para o Município assegurar a preservação e valorização da nossa História e do nosso Património, pelo que esta vertente de salvaguarda e promoção patrimonial é ponderada nas suas iniciativas culturais e refletidas nas necessidades reportadas.

Desde 2017, que o Município faz parte de uma rede de 295 cidades espalhadas pelo mundo que colocam a criatividade no centro do seu desenvolvimento social, cultural e económico.



No seguimento destas premissas, o Município de Braga necessita de efetuar o aluguer de diversos equipamentos e materiais, para os eventos programados a realizar ao longo do segundo semestre de 2025.

Considerando que não existem no inventário do município a tipologia de equipamentos constante do procedimento em causa, porque nem ao nível da gestão, nem ao nível do interesse público faz sentido existirem, quer por questões de custos de logística de armazenamento, quer pelos custos de manutenção associados, quer ainda pela não existência de meio físicos e humanos especializados para este fim, torna-se imperioso recorrer a este tipo de aluguer de equipamento.

Entende-se que esta contratualização tem que permitir a utilização de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade do serviço público, ao qual o Município está obrigado.

Num contexto global, a cultura, em particular na sua definição mais funcional ligada às indústrias culturais e criativas, tem vindo a evidenciar-se como um novo paradigma de desenvolvimento das cidades e da competição entre estas, ancorado em agendas políticas supra#nacionais que reconhecem na cultura, no conhecimento, na inovação e na criatividade de um potencial desenvolvimento, sustentado e sustentável, das cidades e das regiões.

Assim, Braga, tem vindo a apostar na cultura, designadamente em eventos culturais de prestígio, como vector estratégico não só no âmbito de projetos de regeneração física e funcional, como também em termos de (re)construção e projeção de uma imagem de marca, criando um ciclo virtuoso que, integrado com a estratégia económica e a da qualidade de vida, implementadas pelo município nos últimos anos, permitirá criar dinâmicas de captação e retenção de talento, fundamentais para o desenvolvimento económico sustentável que se pretende alcançar.

O Município de Braga, comprometido com a valorização da cultura como motor de coesão social e dinamização económica, avança com um plano ambicioso e enriquecedor para o 2.º semestre de 2025. Este período será marcado por uma intensa programação que reforça a posição de Braga como Capital Portuguesa da Cultura, com iniciativas de reconhecido valor nacional e internacional.

As atividades previstas para o 2.º semestre incluem a continuidade e o enriquecimento dos eventos culturais constantes do Plano de Atividades previsto para 2025, que ganharão ainda mais projeção com a presença de artistas e agentes culturais nacionais e internacionais. Os eventos icónicos Bracarenses consolidarão a sua posição como referências culturais, atraindo milhares de visitantes e projetando a imagem de Braga além-fronteiras.

A programação do 2.º semestre também trará novos projetos, promovendo a inovação e a integração cultural. O desafio será acolher produções de elevado rigor técnico, exigindo a



mobilização de recursos significativos para a organização de espetáculos, conferências e exposições.

Além disso, o Município continuará a investir na Estratégia Braga Cultura 2030, fortalecendo o apoio às coletividades e instituições culturais do concelho, promovendo a descentralização das atividades e envolvendo cada vez mais as comunidades locais.

Com um orçamento robusto e uma equipa empenhada, Braga está determinada a fazer do 2.º semestre de 2025 um marco na história cultural da cidade, demonstrando a sua capacidade de organização e reafirmando o seu papel como um exemplo para outras cidades em Portugal e na Europa.

Perante o exposto, considera-se devidamente fundamentado o interesse público subjacente ao procedimento, em conformidade com o disposto no artigo 36.º n.º 1 do CCP, assim como, foi tido em consideração os princípios da economia, eficiência e eficácia aplicáveis à assunção de compromissos e realização da despesa, considerando o disposto no artigo 18.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual).

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para autorização da despesa e aprovação das peças do procedimento (convite e caderno de encargos pertence ao Órgão Executivo.

A chefe da DCP.

(Leila Camacho)

24/02/2025

Despacho

Com fundamento na presente informação concordo com as propostas constantes do ponto 3.º da presente informação.

Remeta-se à próxima reunião de Executivo.

P

O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)

25/02/25

1. Informação**Data**

24/02/2025

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento		Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/01/25/DCP		1.402.982,73€	Até 31/12/2025
Objeto	Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES	712.546,71 €	
	Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS	617.080,08 €	
	Lote 3 - SANITÁRIOS E AFINS	73.355,94 €	
	TOTAL	1.402.982,73 €	
CPV	39300000-5 Equipamento diverso		

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Seg.s	TOTAL
1.402.982,73€	-	-	-	-	1.402.982,73€

3. Propostas de aprovação

3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.

3.2 Da fixação do preço base, nos termos do artigo 47º do CCP.

3.3 Da escolha do procedimento de concurso público com publicação internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP.

3.4 Do gestor do contrato (art.º 290º-A): Cristina Bacelar

- 3.5** Do programa de concurso, do caderno de encargos, nos termos do artigo 40.º, n.º2 do CCP.
- 3.6** Da designação do júri do procedimento, nos termos do artigo 67º, nº1 do CCP, o qual inicia o exercício das suas funções no dia útil ao do envio do anúncio ou do convite, nos termos do art.º 68º n.º 1.
- 3.7** Da delegação no júri, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, das competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, desde que não impliquem aumento da despesa e não constem da parte final do n.º 2 do art.º 69º do CCP, nomeadamente:
- 3.7.1** Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
 - 3.7.2** Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
 - 3.7.3** A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
 - 3.7.4** A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP;
 - 3.7.5** Proceder à apreciação das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos;
 - 3.7.6** Elaborar os relatórios de análise das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos.
- 3.8** Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das competências acima delegadas no júri, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP, caso o júri seja dispensado nos termos do n.º 4 do art.º 67º do CCP.
- 3.9** Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das seguintes competências:
- 3.9.1** Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
 - 3.9.2** Proceder à notificação da decisão de adjudicação e solicitar a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, acompanhada do relatório final de análise de propostas, n.º 3 do art.º 77º do CCP.
 - 3.9.3** Proceder à notificação a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do n.º1 do artigo 85.º do CCP;

3.9.4 A prorrogação do prazo de apresentação, ou a supressão de irregularidades, dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP e nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 132º do CCP.

4. Decisão de contratar

A cidade de Braga vai ser a Capital Portuguesa da Cultura em 2025, e por isso, o Município assume que a dinamização cultural é essencial à afirmação regional e internacional de Braga.

Nesse sentido, a estratégia de intervenção adotada nesta área passa pela dinamização de um conjunto de projetos e iniciativas que, alicerçadas em sinergias institucionais e num investimento progressivo nos equipamentos culturais, abrem portas a uma Cidade com um Programa Cultural diversificado e apelativo.

É essencial também para o Município assegurar a preservação e valorização da nossa História e do nosso Património, pelo que esta vertente de salvaguarda e promoção patrimonial é ponderada nas suas iniciativas culturais e refletidas nas necessidades reportadas.

Desde 2017, que o Município faz parte de uma rede de 295 cidades espalhadas pelo mundo que colocam a criatividade no centro do seu desenvolvimento social, cultural e económico. No seguimento destas premissas, o Município de Braga necessita de efetuar o aluguer de diversos equipamentos e materiais, para os eventos programados a realizar ao longo do segundo semestre de 2025.

Considerando que não existem no inventário do município a tipologia de equipamentos constante do procedimento em causa, porque nem ao nível da gestão, nem ao nível do interesse público faz sentido existirem, quer por questões de custos de logística de armazenamento, quer pelos custos de manutenção associados, quer ainda pela não existência de meio físicos e humanos especializados para este fim, torna-se imperioso recorrer a este tipo de aluguer de equipamento.

Entende-se que esta contratualização tem que permitir a utilização de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade do serviço público, ao qual o Município está obrigado.

Num contexto global, a cultura, em particular na sua definição mais funcional ligada às indústrias culturais e criativas, tem vindo a evidenciar-se como um novo paradigma de desenvolvimento das cidades e da competição entre estas, ancorado em agendas políticas supra-nacionais que reconhecem na cultura, no conhecimento, na inovação e na criatividade de um potencial desenvolvimento, sustentado e sustentável, das cidades e das regiões.

Assim, Braga, tem vindo a apostar na cultura, designadamente em eventos culturais de prestígio, como vector estratégico não só no âmbito de projetos de regeneração física e funcional, como também em termos de (re)construção e projeção de uma imagem de marca, criando um ciclo virtuoso que, integrado com a estratégia económica e a da qualidade de vida, implementadas pelo município nos últimos anos, permitirá criar dinâmicas de captação e retenção de talento, fundamentais para o desenvolvimento económico sustentável que se pretende alcançar.

O Município de Braga, comprometido com a valorização da cultura como motor de coesão social e dinamização económica, avança com um plano ambicioso e enriquecedor para o 2.º semestre de 2025. Este período será marcado por uma intensa programação que reforça a posição de Braga como Capital Portuguesa da Cultura, com iniciativas de reconhecido valor nacional e internacional.

As atividades previstas para o 2.º semestre incluem a continuidade e o enriquecimento dos eventos culturais constantes do Plano de Atividades previsto para 2025, que ganharão ainda mais projeção com a presença de artistas e agentes culturais nacionais e internacionais. Os eventos icónicos Bracarenses consolidarão a sua posição como referências culturais, atraindo milhares de visitantes e projetando a imagem de Braga além-fronteiras.

A programação do 2.º semestre também trará novos projetos, promovendo a inovação e a integração cultural. O desafio será acolher produções de elevado rigor técnico, exigindo a mobilização de recursos significativos para a organização de espetáculos, conferências e exposições.

Além disso, o Município continuará a investir na Estratégia Braga Cultura 2030, fortalecendo o apoio às coletividades e instituições culturais do concelho, promovendo a descentralização das atividades e envolvendo cada vez mais as comunidades locais.

Com um orçamento robusto e uma equipa empenhada, Braga está determinada a fazer do 2.º semestre de 2025 um marco na história cultural da cidade, demonstrando a sua capacidade de organização e reafirmando o seu papel como um exemplo para outras cidades em Portugal e na Europa.

Perante o exposto, considera-se devidamente fundamentado o interesse público subjacente ao procedimento, em conformidade com o disposto no artigo 36.º n.º 1 do CCP, assim como, foi tido em consideração os princípios da economia, eficiência e eficácia aplicáveis à assunção de compromissos e realização da despesa, considerando o disposto no artigo 18.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual).

5. Cabimento Prévio: N.º Sequencial 93714

6. Escolha do procedimento (20.º)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, na sua atual redação e de acordo com o artigo 474º do CCP, nº3, alínea c) do CCP, cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2023/2495: acima dos 221.000,00€ deverá a escolha do procedimento ser concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.	O valor estimado da despesa a efetuar não será superior a 1.402.982,73 €, IVA excluído.

7. Fundamentação do Preço Base

Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos o preço base foi definido com base nos preços base do procedimento do ano anterior acrescido da previsão da taxa de inflação de 2,1%.

No procedimento anterior, foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado com o objetivo de averiguar qual o preço médio de mercado para as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante, para o ano 2024, a esse preço médio foi acrescido a taxa de inflação prevista para 2025.

8. Peças do procedimento (40.º/1/a))

- a. Caderno de Encargos (42.º a 49.º)
- b. Programa de Concurso (132.º)

9. Júri do Procedimento

Função	Nome	Serviço/Divisão
Presidente	Cristina Bacelar	Divisão Cultura
Membros efetivos	Mariana Dias K Almeida e Silva	Chefe de Divisão Cultura
	Porfírio Correia	Diretor de Departamento de cultura e Turismo
	Leila Camacho	Divisão Contratação Pública

	Ana Costa	Divisão Contratação Pública
Membros	Maria Paz Pereira	Divisão Contratação Pública
suplentes	Henrique Medeiros	Divisão Contratação Pública

10. Gestor do Procedimento

Nome	Serviço/Divisão
Leila Camacho	Chefe de Divisão

11. Fiscalização Prévia Tribunal Contas

Nos termos do artigo 46.º, n.º 1, alínea b) da Lei 98/97, de 26 de Agosto – LOPTC, na sua versão atualizada, estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, os contratos de obras públicas, aquisição de bens e serviços, bem como outras aquisições patrimoniais que impliquem despesa nos termos do artigo 48.º, quando reduzidos a escrito por força da lei;

Nos termos do n.º 1 do artigo 48.º da LOPTC, todos os contratos de valor igual ou superior a 750.000,00€ estão sujeitos a visto prévio.

Face ao mencionado anteriormente o atual procedimento poderá estar sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas, caso seja adjudicado mais do que um lote a um mesmo concorrente, desde que o valor adjudicado ultrapasse os 750.000,00€, ou caso se venha a verificar o previsto no n.º 2 do artigo 48.º da LOPTC. Nestes casos, caso se verifique a sujeição a visto prévio, os contratos a celebrar não produzirão efeitos materiais e financeiros antes da obtenção o visto prévio do Tribunal de Contas.

12. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

13. Anexos

- a.** Cabimento.
- b.** Programa de Concurso

c. Caderno de Encargos.

14. Assinatura

O Gestor do Procedimento,

PROGRAMA DE CONCURSO

Índice

1. Identificação do Procedimento	3
2. Objeto do Procedimento	3
3. Entidade Adjudicante.....	3
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	3
5. Fundamentação da escolha do Concurso Público.....	3
6. Júri.....	3
7. Preço base.....	4
8. Fundamentação do preço base.....	4
9. Documentos que constituem a proposta.....	5
10. Acesso às peças do procedimento	6
11. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem	6
12. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)	7
13. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)	7
14. Propostas variantes	8
15. Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	8
16. Concorrentes	8
17. Modalidade jurídica de associação de empresas	8
18. Esclarecimentos e listas de erros e omissões	8
19. Peritos ou consultores	9
20. Critério de adjudicação	9
21. Adjudicação por lotes	10
22. Critério de desempate.....	10
23. Regras de arredondamento.....	10
24. Negociações.....	10
25. Caução	10
26. Documentos de habilitação	11
27. Regime de Beneficiário Efetivo	13
28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....	13
29. Minuta do Contrato	14
30. Outorga do Contrato.....	14
31. Legislação aplicável	15
ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP	16

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	17
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA.....	18
ANEXO III.1 – lista dos preços unitários DE ACORDO COM O MAPA DE QUANTIDADE	19
Anexo IV – (Modelo) Declaração com a constituição nominativa dos coordenadores e equipa técnica.....	20
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	22
ANEXO VI - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO	23
ANEXO A – ACORDO PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO	24
32. ANEXO B - MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS.....	25
33. ANEXO C – RESULTADO DA CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO	31

1. Identificação do Procedimento

Procedimento **Concurso Público n.º CP/01/25/DCP** que visa o aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga.

2. Objeto do Procedimento

LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS – Aluguer, montagem e desmontagem de estruturas móveis de apoio à realização de diversos eventos.

O procedimento compreende os seguintes lotes:

Lote 1 SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES

Lote 2 TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS

Lote 3 SANITÁRIOS E AFINS

3. Entidade Adjudicante

Município de Braga.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos do artigo 36.º do CCP a decisão de contratar foi tomada pela:

Câmara Municipal no exercício da competência estabelecida no artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do DL n.º 197/99, de 08.06, repristinado pela Resolução da Assembleia da República nº86/2011 de 11 de Abril e mantido em vigor pelo DL n.º 18/2008, de 29.01 (na redação atual), em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12.09.

5. Fundamentação da escolha do Concurso Público

Atendendo a que o valor do contrato previsto para este procedimento ser de 1.402.982,73€, o fundamento da escolha do procedimento tem por base o:

Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. a) em conjugação com o artigo 474º, nº3, alínea c), cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2017/2365, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Júri

1. O concurso é conduzido por um júri composto no mínimo por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.
2. Cabe ao Júri prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

3. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, face às especificações técnicas, de cada um dos lotes, o Júri poderá, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, solicitar aos concorrentes esclarecimentos e documentação comprovativa que não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
4. No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri poderá ser dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Contratação Pública.

7. Preço base

1. O preço base do procedimento é de **1.402.982,73 €**, sem IVA incluído.
2. O preço referido no número anterior está dividido em Lotes da seguinte forma:
 - a. Lote 1: 712.546.71€;
 - b. Lote 2: 617.080.08€;
 - c. Lote 3: 73.355.94€.
3. O preço referido no número anterior é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato e que limita o preço contratual.
4. O preço base, por lote, será o preço máximo em função da aplicação de preços unitários da(s) proposta(s) adjudicada(s) às quantidades efetivamente requisitadas.
5. O fornecimento contínuo dos bens e até ao limite contratual, resultará da multiplicação das quantidades efetivamente solicitadas e o preço unitário dos bens constantes da(s) proposta(s) adjudicada(s).

8. Fundamentação do preço base

Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos o preço base foi definido com base nos preços base do procedimento do ano anterior acrescido da previsão da taxa de inflação de 2,1%.

Tal como já referido no procedimento anterior, foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado com o objetivo de averiguar qual o preço médio de mercado para as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante, para o ano 2024. O resultado dessa consulta preliminar consta do Anexo C ao presente Programa de Concurso, tendo sido acrescido da taxa de inflação prevista para 2025 (2,1%)

9. Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborada em conformidade com o modelo e instruções constantes do **Anexo I** ao presente Programa de Concurso;
 - b. Proposta deve conter os seguintes **atributos**:
 - i. Declaração com o preço total dos **bens** que não devem incluir o IVA, **para cada lote a que concorra** conforme modelo constante do **Anexo III** do presente Programa de concurso;
 - a. Documento onde conste, **para cada lote que concorra**, a lista dos preços unitários elaborada de acordo com o Mapa de Quantidades – **Anexo III.1**
 - b. Lista de Equipamentos - a apresentar por cada lote a que concorrer, que deve discriminar todos os equipamentos exigidos (para cada lote) **no Anexo I do Caderno de Encargos (Anexo I CE_equipamentos mínimos exigidos)**, e que contenha os atributos de avaliação do equipamento proposto, nomeadamente, quanto à sua sustentabilidade, qualidade, eficiência, durabilidade e confiabilidade, flexibilidade e escalabilidade, tecnologia e recursos avançados, compatibilidade e integração, certificação dos equipamentos e licenciamento do software, conforme se encontra mais desenvolvido na cláusula **28.º CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** do Caderno de Encargos.
 - c. Lista do pessoal técnico especializado que compõe a equipa a afetar á execução de cada lote, cuja constituição deve obedecer aos mínimos estabelecidos na cláusula **28.º CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** do Caderno de Encargos de acordo com o modelo Anexo IV, do presente programa de concurso.
 - d. **Curriculum Vitae de cada elemento**, que evidencie, nomeadamente, as suas qualificações, formações, certificações, experiência profissional e histórico de eventos em que tenha trabalhado na função a que se encontra afeto.
 - e. Memória Descritiva e Plano de Trabalhos por cada lote a que concorrer, que contenha os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:
 - Cronograma dos prazos de execução do contrato;

- Descrição dos procedimentos a implementar para garantir a pontual e boa execução do contrato;
- Disponibilidade de suporte técnico e serviços de manutenção.

A não apresentação dos documentos exigidos nos pontos anteriores, tem por consequência a exclusão da proposta.

2. As propostas a apresentar terão de abranger a totalidade dos bens, **para cada lote a que concorra**, sob pena de exclusão das propostas.

No caso de a proposta ser submetida por um agrupamento

3. Se a proposta e todos os documentos que se lhe associarem forem apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao Anexo I dos documentos da proposta, a declaração conforme modelo constante do **ANEXO A** do presente programa de concurso.
4. Se a proposta e todos os documentos que se lhe associarem forem apresentados por um agrupamento de concorrentes e não existir um representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem conter a assinatura eletrónica qualificada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

10. Acesso às peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Vortal com o endereço <https://www.vortal.biz/pt>
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento.
3. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante ou o gestor do procedimento/júri e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas na fase de formação do contrato, devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica atrás referida, nos termos dos artigos 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

11. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão apresentados através da **plataforma eletrónica** em uso nesta entidade sita em: <https://www.vortal.biz/pt>.
2. Os concorrentes deverão **assinar eletronicamente todos os documentos carregados** na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, sendo necessário selos temporais para a submissão de propostas.

3. Nos casos em que o Certificado Digital **não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura**, deve a entidade interessada **submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante**:
- Certidão do registo comercial** ou no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial **da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos**, e/ou
 - Procuração** que confira a este último, poderes para o efeito, feita pelo interessado a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto.
5. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
6. Todos os preços, parciais ou totais, não deverão ter mais de quatro casas decimais¹.

12. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)

Todos os documentos devem ser apresentados em Português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.²

13. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)

- As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **23H59m do 30.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.
- Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
- A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas³.

¹ Este número deve retirar-se sempre que não for aplicável ou adaptar-se ao pretendido.

² Nos termos do artigo 58.º, n.ºs 2 e 3, pode definir-se outra língua para a apresentação dos documentos com os atributos e termos ou condições.

³ Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 63º do CCP).

14. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

15. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de **120 (cento e vinte) dias** contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o mencionado no artigo 65.º do CCP.

16. Concorrentes

1. Podem ser concorrentes ao presente procedimento as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer uma das situações impeditivas previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ainda ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
3. Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.

17. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos da lei.

18. Esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao júri do concurso através da plataforma eletrónica VORTAL com endereço <https://www.vortal.biz/pt>.
2. No mesmo prazo, devem os interessados apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

3. Os esclarecimentos a que se referem os números anteriores são prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.
4. A entidade adjudicante pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicadas para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

19. Peritos ou consultores

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

20. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade:
 - a. **Multifator**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.Considerando os seguintes fatores e valorizações:
 - a) Fator Preço (P) – 60%;
 - b) Fator Valia Técnica (VT) – 40 %.
2. Os fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação da proposta encontram-se definidos no Modelo de Avaliação das Propostas constante do Anexo B ao presente Programa de Concurso.
3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:
 - a) Melhor pontuação do fator preço;
 - b) Melhor pontuação no fator valia técnica.

21. Adjudicação por lotes

Os concorrentes podem apresentar **propostas para um, para vários ou para todos os lotes**, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

22. Critério de desempate

Se por via da aplicação dos critérios definidos nos números anteriores se verificar a igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público. A sessão para a realização do referido sorteio será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

23. Regras de arredondamento

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

24. Negociações

A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

25. Caução

1. Quando o preço total dos lotes adjudicados a um mesmo concorrente atinja ou supere os 500.000,00€, o adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no n.º 1 do artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 3% do preço total do contrato ou 10% , se o preço total do contrato for considerado anormalmente baixo, deve ser prestada:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município de Braga nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente programa de concurso, que dele faz parte integrante;

- b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo VI ao presente programa de concurso, que dele faz parte integrante.
- 3. Pode não ser exigida a prestação de caução, quando o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, [*ou declaração de assunção de responsabilidade solidária*] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
- 4. A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.

26. Documentos de habilitação

- 1. O adjudicatário deve apresentar, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:
 - b. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
 - c. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
 - d. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
 - e. Certificado de **registo criminal**, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções **e da própria pessoa coletiva**, ou documento equivalente, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública".
 - f. Cópia da **certidão do registo comercial** ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos

- estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.⁴
- g. Declaração de início de atividade.⁵
 - h. Documentos de habilitação previstos no número 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
 - i. Documentos de habilitação previstos no número 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
 - j. **Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas do adjudicatário ou documento legal certificativo de que é "uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei", considerando o disposto no n.º 9 do artigo 81.º do CCP.**
2. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por agrupamento:
- a. Os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
 - b. Devem apresentar cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, caso já não disponham de outra modalidade jurídica prevista por lei, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, nomeadamente:
 - i. Objeto e natureza do consórcio (art.2.º);
 - ii. Denominação do consórcio (art.15.º) ;
 - iii. Duração do consórcio/ vigência;
 - iv. Chefe de consórcio (art.12.º) - representante empresa e responsável. Indicaram em declaração isolada, deverá estar no acordo;
 - v. Obrigações do chefe de consórcio (art.13.º e 14.º);
 - vi. Deveres dos membros do consórcio (art.8.º);
 - vii. Responsabilidade conjunta das partes - Cotação de cada uma das representadas (poderá refletir o peso de cada parte no valor adjudicado).
3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos

⁴ Não aplicável a entidades não comerciais.

⁵ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

5. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, mediante o mesmo meio que foi admissível para apresentação das propostas.

27. Regime de Beneficiário Efetivo⁶

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE⁷**, ou respetivo código de acesso.
2. Tendo em consideração o disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea b), da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.
2. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP

⁶ Não aplicável a entidades em nome individual

⁷ Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto

3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. (*n.º 2 do art.º 85º do CCP*).
4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. (*n.º 2 do art.º 86º do CCP*).
5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. (*n.º 3 do art.º 86º do CCP*).

29. Minuta do Contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.

30. Outorga do Contrato

1. A Outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação, exceto quando tenha sido apresentada uma única proposta; o procedimento tenha sido realizado ao abrigo de um acordo-quadro, não tenha sido publicado no JOUE, conforme previsto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP.
 - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c. Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida.
2. O órgão competente para a decisão de contratar remete ao adjudicatário, para assinatura o contrato, devendo a assinatura ocorrer por meio de aposição de assinatura eletrónica.
3. O prazo para a outorga e remessa (devolução) do contrato por parte do 2.º outorgante é de 5 dias.


31. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017, e sucessivas alterações, nomeadamente a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), e restante legislação aplicável.

Despacho:

Aprovo o presente programa de concurso.

Braga, 2025 / 02 / 25

 O Presidente da Câmara,

(Ricardo Ribeiro)

32. ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP

1. Nota Prévia

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) disponível em ESPD (<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>) devendo ser selecionadas as seguintes opções de preenchimento:

- a. "Sou um operador económico";
- b. "Importar um DEUCP";
- c. "Carregar documento" – selecionar o ficheiro "espd-request.xml", disponibilizado pela entidade adjudicante junto das peças procedimentais;
- d. Selecionar o país do concorrente;
- e. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- f. Guardar o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar e enviado junto com os restantes documentos da proposta.

33. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽⁸⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁹⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽¹⁰⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽¹¹⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura ⁽¹²⁾]

⁽⁸⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽⁹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹⁰⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽¹¹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹²⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

34. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

1. (nome, número de documento de identificação¹³ e morada), na qualidade de representante legal de ¹⁴ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹⁵ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. O **preço total da proposta, resultante da soma dos preços unitários**, relativo aos **Lotes***:,,é de € (em euros, por extenso e por algarismos), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), distribuídos da seguinte forma:

Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES	
Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS	
Lote 3 - SANITÁRIOS E AFINS	
Preço global da proposta	€

*retirar os lotes aos quais não concorra

Aos quais acresce imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de %.

3. Os preços unitários encontram-se discriminados no ficheiro Excel denominado "**Mapa de Quantidades – Anexo III.1**" o qual faz parte integrante da proposta.
4. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato,

(¹³) Indicar o n.º do BI ou do CC

(¹⁴) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(¹⁵) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

- como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
5. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
 6. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
 7. Mais declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

35.ANEXO III.1 – lista dos preços unitários DE ACORDO COM O MAPA DE QUANTIDADE

De acordo com o documento excell anexo ao presente programa de concurso.

36. Anexo IV – (Modelo) Declaração com a constituição nominativa dos coordenadores e equipa técnica

(nome, número de documento de identificação¹⁶ e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **CPI/01/25/DCP - LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS – Aluguer, montagem e desmontagem de estruturas móveis de apoio à realização de diversos eventos**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga, a prestar as seguintes declarações sobre a experiência profissional dos recursos humanos afetos à prestação de serviços, e que em cumprimento com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, se responsabiliza pela divulgação dos dados pessoais no seguimento dos currículos apresentados.

Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES*

<u>Identificação da equipa técnica especializada</u>	Identificação da especialização
	Coordenador de equipa
	Responsável de som
	Responsável de luz
	Rigger
	Responsável de vídeo
	Stage Manager

Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS*

<u>Identificação da equipa técnica especializada</u>	Identificação da especialização
	Coordenador de equipa
	Arquiteto
	Engenheiro Civil
	Encarregado técnico

⁽¹⁶⁾ Indicar o n.º do BI ou do CC

Lote 3 - SANITÁRIOS E AFINS*

<u>Identificação da equipa técnica especializada</u>	Identificação da especialização
	Coordenador de equipa
	Encarregado técnico

* a preencher de acordo com o lote a que cada concorrente concorre.

[Local], [data] [Assinatura¹⁷]

(¹⁷) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

37. ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Para os devidos efeitos, _____ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*).
Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

38. ANEXO VI - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 3% ¹⁸ do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

¹⁸ Adaptar à percentagem correta

39. ANEXO A – ACORDO PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

_____ (firma, número de identificação fiscal e sede), neste ato representada pelos signatários, _____ (nome, número de identificação), com poderes para o efeito e com domicílio profissional na _____ (morada), concorrente ao Concurso Público/Concurso Público Internacional com a referência _____ lançado pelo Município de Braga relativo ao _____ (designação do procedimento em causa), concorre em AGRUPAMENTO com _____ (firma, número de identificação fiscal e sede), sendo a **REPRESENTANTE COMUM DO AGRUPAMENTO** (e futura chefe de consórcio) de acordo com o presente **Acordo Promessa de Constituição de Consórcio**, e respetivo **Instrumento de Mandato**, formalizando, desde já, a intenção de, em caso de Adjudicação, se constituir em **CONSÓRCIO**, nos termos do Decreto-lei 231/81, de 28 de julho, em regime de Responsabilidade Solidária com a Sociedade supra referida e da qual aceitou a sua nomeação como Sociedade Representante Comum do Agrupamento e futura Chefe de Consórcio.

A participação qualitativa de cada Sociedade é a que se discrimina:

Firma	Participação (%) ou (€)
A -	
B -	

A _____ (firma) conjuntamente com _____ (firma), declara perante o Município de Braga, que tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar, em Responsabilidade Solidária Passiva, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, bem como à apresentação e manutenção da proposta.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

40. ANEXO B - MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

NOTA: O modelo de avaliação aplica-se a cada lote individualmente, ou seja, cada lote é objeto de avaliação autónoma

1. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será efetuada segundo a aplicação do critério da **proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante na modalidade multifator**, considerando os seguintes fatores e valorizações:

- a) Fator Preço (P) – 60%;
- b) Fator Valia Técnica (VT) – 40 %

1.1. As propostas são avaliadas por Lote, sendo a pontuação final de cada Lote apurada pela seguinte fórmula:

Pontuação Final (PF) = Pontuação do Fator Preço (P) x 60% + Pontuação do Fator Valia Técnica (VT) x 40%

1.2. Serão adjudicados a cada concorrente os Lotes que tenham obtido a melhor pontuação.

1.3. A pontuação em cada um dos Fatores será apurada de acordo com os subfactores, descritores e fórmulas constantes dos números seguintes.

2. AVALIAÇÃO DO FATOR PREÇO (P) – 60%

A avaliação do fator preço terá em consideração que, em condições de normal funcionamento do mercado e da lógica económica inerente ao mesmo, o melhor preço é aquele que seja economicamente mais vantajoso por ser mais baixo, mas também por assegurar a viabilidade e boa execução do contrato, pelo que, para além do preço base e do preço da proposta (por lote) se considera ainda um intervalo onde se situarão os preços que melhor o garantam. Valorizam-se sempre os preços mais baixos mas com menor ponderação à medida que os mesmo se afastam desse intervalo de viabilidade e boa execução por se pretender, como demonstra o critério de adjudicação definido, que seja adjudicada a proposta (o Lote) mais competitiva e que garanta o pontual cumprimento do contrato. Assim, os preços propostos serão avaliados pela seguinte fórmula:

Para $P_{lpa} < P_{vi}$: $P = 40 - (P_{vi} - P_{lpa}) * (40 - 100) / P_{vi}$

Para $P_{lpa} \geq P_{vi}$: $P = 40 * (P_{bl} - P_{lpa}) / (P_{bl} - P_{vi})$

Em que:

P – Pontuação do fator Preço

Pbl – Preço base por lote

Plpa - Preço por lote da Proposta apresentada

Pvi - Preço de viabilidade e boa execução do contrato por lote (= 75% do Preço Base)

3. AVALIAÇÃO DO FATOR VALIA TÉCNICA (VT)

3.1. O fator Valia Técnica (VT) será avaliado de acordo com os seguintes subfactores e ponderações:

- Equipamentos a afetar à execução do contrato (EQUI) – 40%
- Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato (EXP) – 30%
- Memória Descritiva e Plano de Trabalhos (PT) – 30%

3.2. Para efeitos de avaliação das propostas no subfactor «**Equipamentos a afetar à execução do contrato (EQUI) – 40%**» será considerado todo o conteúdo da proposta apresentada, especialmente a “**Lista de Equipamentos**”, os quais serão avaliados, nomeadamente, em função dos seguintes atributos, sustentabilidade, qualidade, eficiência, durabilidade e confiabilidade, flexibilidade e escalabilidade, tecnologia e recursos avançados, compatibilidade e integração, certificação dos equipamentos e licenciamento do software, melhor desenvolvidos no Anexo I do CE, e pontuados de acordo com a seguinte escala:

Equipamentos técnicos a afetar à execução do contrato (EQUI) – 40%	Pontuação
A Lista de Equipamentos apresentada supera significativamente as exigências estabelecidas no Caderno de Encargos. A Lista de Equipamentos não apenas atende a todos os requisitos solicitados, mas também oferece valor agregado substancial, como equipamentos de última geração, soluções técnicas inovadoras, suporte adicional ou vantagens competitivas exclusivas.	100 pontos

A Lista de Equipamentos apresentada supera os requisitos solicitados. Apresenta uma abordagem inovadora, soluções criativas ou características adicionais nos equipamentos propostos. Inclui uma descrição detalhada de como os equipamentos serão usados de forma eficiente e eficaz durante o evento.	75 pontos
A Lista de Equipamentos atende satisfatoriamente aos requisitos solicitados. Inclui uma lista completa e detalhada dos equipamentos, mas não acrescenta quaisquer elementos diferenciadores ou significativos relativamente ao exigido no Caderno de Encargos.	35 pontos
A Lista de Equipamentos apresentada atende aos requisitos mínimos, porém com algumas deficiências ou falta de detalhes. A listagem de equipamentos apresentada não é muito detalhada nem suficientemente abrangente.	10 pontos
A Listagem de Equipamentos apresentada atende aos requisitos mínimos, mas a listagem de equipamentos apresentada não é detalhada limitando-se à tabela exigida.	0 pontos

3.3. Para efeitos de avaliação das propostas no subfactor «**Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato (EXP) – 30%**» será considerado todo o conteúdo das propostas apresentadas, especialmente os **Curriculum Vitae** de cada um dos profissionais que obrigatoriamente devem constituir a equipa, nos termos estabelecidos no Anexo I do CE, os quais serão avaliados, nomeadamente, quanto às suas qualificações, formações, certificações, experiência profissional e histórico de eventos em que tenha trabalhado na função a que são afetos, sendo **cada elemento da equipa** pontuado de acordo com a seguinte escala:

Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato (EXP) – 30%	Pontuação
O pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato é titular de currículos excepcionais que demonstram possuir competências que superam significativamente as consideradas normais e adequadas para os trabalhos a desempenhar. Os técnicos apresentados possuem uma vasta experiência em eventos de renome internacional, formação em instituições de prestígio, participação em	100 pontos

projetos inovadores ou contribuições significativas para avanços nas áreas respetivas de cada Lote.	
O pessoal técnico especializado a afetar á execução do contrato é titular de currículos que evidenciam possuir as competências necessárias e adequadas para os trabalhos a desempenhar. Possuem experiência significativa em eventos de grande porte, certificações relevantes, reconhecimento na indústria ou contribuições importantes para projetos anteriores.	75 pontos
O pessoal técnico especializado a afetar á execução do contrato é titular de currículos que demonstram possuir competências satisfatórias para os trabalhos a desempenhar. Possuem experiência e formação adequadas para o cargo, com um histórico de eventos e projetos relacionados com o Lote a que concorrem.	35 pontos
O pessoal técnico especializado a afetar á execução do contrato é titular de currículos dos quais se depreende que possuem competências mínimas para os trabalhos a desempenhar. Possuem alguma experiência ou formação, mas não muito relevante para os trabalhos a desempenhar.	10 pontos
O pessoal técnico especializado a afetar á execução do contrato é titular de currículos que não evidenciam possuir as competências mínimas para os trabalhos a desempenhar. Não possuem experiência, formação ou percurso profissional relacionados com os trabalhos a que são afetos.	0 pontos

NOTA: Cada elemento especializado da equipa a afetar à execução do contrato é avaliado individualmente sendo a **pontuação final neste subfactor** resultante da **média aritmética das pontuações obtidas por cada elemento da equipa**.

3.4. Para efeitos de avaliação das propostas neste subfactor «**Memória Descritiva e Plano de Trabalhos (PT) – 30%**» será considerado todo o conteúdo da proposta apresentada, especialmente a **Memória Descritiva e Plano de Trabalhos** na perspetiva de verificar se apresentam, designadamente, os métodos, recursos e condições, adequadas e idóneas para assegurar os melhores níveis de cumprimento e de qualidade da execução do objeto contratual, sendo pontuada de acordo com a seguinte escala:

«Memória Descritiva e Plano de Trabalhos (MDePT) – 30%»	Pontuação
<p>Memória Descritiva e Plano de Trabalhos muito bem estruturada, organizada e detalhada. Descreve de forma completa a execução dos aspetos de execução do contrato, designadamente de todas as prestações incluídas no seu objeto. Inclui de forma detalhada e exaustiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Plano de trabalhos;</u> ▪ <u>Cronograma dos prazos de execução do contrato;</u> ▪ <u>Descrição dos procedimentos a implementar para garantir a pontual e boa execução do contrato;</u> ▪ <u>Disponibilidade de suporte técnico e serviços de manutenção.</u> <p>A proposta apresenta ainda mais valias relativamente aos aspetos de execução do contrato previstos no caderno de encargos, designadamente por incluir, sem quaisquer custos acrescidos, atributos que melhorem quantitativa ou qualitativamente a execução das prestações do contrato.</p>	100 pontos
<p>Memória Descritiva e Plano de Trabalhos bem estruturada, organizada e detalhada. Descreve a execução dos aspetos de execução do contrato, designadamente de todas as prestações incluídas no seu objeto. Inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Plano de trabalhos;</u> ▪ <u>Cronograma dos prazos de execução do contrato;</u> ▪ <u>Descrição dos procedimentos a implementar para garantir a pontual e boa execução do contrato.</u> ▪ <u>Disponibilidade de suporte técnico, serviços de manutenção.</u> 	75 pontos
<p>A Memória Descritiva e Plano de Trabalhos descreve a execução dos aspetos de execução do contrato, designadamente de todas as prestações incluídas no seu objeto, focando aspetos de caráter geral. Planificação não detalhada dos procedimentos a implementar para execução do contrato.</p>	35 pontos
<p>A Memória Descritiva e Plano de Trabalhos reproduz os aspetos de execução do contrato previstos no caderno de encargos e desenvolve de forma sumária alguns desses aspetos.</p>	10 pontos

A Memória Descritiva e Plano de Trabalhos limita-se a reproduzir os aspetos de execução do contrato previstos no caderno de encargos.	0 pontos
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------

3.5. A pontuação final (PF) de cada lote no fator "Valia Técnica" resulta da seguinte operação:

$$PF = PEQUI \times 40\% + PEXP \times 30\% + PMDePT \times 30\%$$

EM que:

PF = pontuação final

PEQUI = pontuação no subfactor "*Equipamentos a afetar à execução do contrato*"

PEXP = pontuação no subfactor "*Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato*"

PMDePT: pontuação no subfactor "*Memória Descritiva e Plano de Trabalhos*"

41. ANEXO C – RESULTADO DA CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO

No sentido de evitar a distorção da concorrência para efeito e nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 35.º-A do CCP, junto se apresenta o resultado da consulta preliminar efetuada em finais de 2023, para o procedimento CPI/01/24/DCP, a vigorar no ano 2024:

Código	Descrição	Área	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Orçamento 4	Média
A001/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Extra-Grande) frente palco +side	Audio			1 500,00 €		1 500,00 €
A002/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Grande) Frente e Palco				1 150,00 €		1 150,00 €
A003/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Médio) Mo mesa frente				485,00 €		485,00 €
A004/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Pequeno)				255,00 €		255,00 €
A005/2022	Especificações técnicas (Audio Som Ambiente)				325,00 €		325,00 €
B001/2022	4 headset + 4 microfone wireless	Microfonia + Palco			160,00 €		160,00 €
B002/2022	8 headset + 4 microfone wireless				235,00 €		235,00 €
B003/2022	Microfonia para Banda Kit Standart				350,00 €		350,00 €
C001/2022	Basic Convencional				215,00 €		215,00 €
C002/2022	Convencional TP Pack				250,00 €		250,00 €
C003/2022	Convencional Teatro	Iluminação			280,00 €		280,00 €
C004/2022	Moving Head + Static 12 unid				285,00 €		285,00 €
C005/2022	Moving Head + Static 24 unid				350,00 €		350,00 €
C006/2022	Moving Head + Static 36 unid				425,00 €		425,00 €
C007/2022	Static Strob 12 unid				285,00 €		285,00 €
C008/2022	Arquitetural exterior				175,00 €		175,00 €
C009/2022	Arquitetural interior				175,00 €		175,00 €
C010/2022	Iluminação Arri 5k				200,00 €		200,00 €
C011/2022	Mesa de Iluminação				100,00 €		100,00 €
D001/2022	Box Truss 10 x10m				600,00 €		600,00 €
D002/2022	Box Truss 30 x 5 x 7 (3 meses)	Equipamento complementar a evento			6 000,00 €		6 000,00 €
D003/2022	Decks palco (10 und)				430,00 €		430,00 €
D004/2022	TECIDO TENSIONADO M2				5,50 €		5,50 €
D005/2022	Passa Cabos 2 vias				3,50 €		3,50 €
D006/2022	Passa cabos 5 vias				6,50 €		6,50 €
D007/2022	Linóleo dança 12 x 10				600,00 €		600,00 €
D008/2022	Estrutura Truss 6x4 com tela incluída				600,00 €		600,00 €
D009/2022	Cabine de tradução Normalizada				1 100,00 €		1 100,00 €
D010/2022	Sistema de Auriculares				15,00 €		15,00 €
D011/2022	Estrutura truss Folding 10 metros altura				900,00 €		900,00 €
E001/2022	Ecrã LED 3,5 x 2	Multimédia			335,00 €		335,00 €

E002/2022	Ecrã LED 4,5 x 2,5 m				1 150,00 €	1 150,00 €
E003/2022	Ecrã LED 5,5 x 3				570,00 €	570,00 €
E004/2022	Ecrã LED 7 x 4				750,00 €	750,00 €
E005/2023	Ecrã LED 11 x 6				1 100,00 €	1 100,00 €
E006/2022	LCD 85" com Suporte móvel				75,00 €	75,00 €
E007/2022	Projektor de vídeo 7500 ANSIlumens				285,00 €	285,00 €
E008/2022	Projektor de vídeo 15000 ANSIlumens				1 300,00 €	1 300,00 €
E009/2022	Projektor de vídeo 20000 ANSIlumens				2 490,00 €	2 490,00 €
E010/2022	Projektor de vídeo 30000 ANSIlumens				3 570,00 €	3 570,00 €
E011/2022	Banner Led 70 x1m com estrutura em Truss 6 metros de altura				6 750,00 €	6 750,00 €
E012/2022	Projektor de cinema DCP				900,00 €	900,00 €
F001/2022	04 máquinas CO2				200,00 €	200,00 €
F002/2022	04 máquinas de fogo				160,00 €	160,00 €
F003/2022	08 Sparkulares				95,00 €	95,00 €
F004/2022	Máquina de Neve				600,00 €	600,00 €
F005/2022	Máquina de Confetis				250,00 €	250,00 €
G001/2022	Captação de Imagens com 3 camaras				810,00 €	810,00 €
G002/2022	Streaming				235,00 €	235,00 €
G003/2022	Grua com operador				505,00 €	505,00 €
H001/2022	Mobiliário de Palco Orquestra				350,00 €	350,00 €
H002/2022	Bateria Backline				500,00 €	500,00 €
H003/2022	Combo Guitarra Electrica				280,00 €	280,00 €
H004/2022	Combo baixo electrico				230,00 €	230,00 €
H005/2022	Guitarra Electrica				285,00 €	285,00 €
H006/2022	Baixo Electrico				295,00 €	295,00 €
H007/2022	Teclado Nordstage				365,00 €	365,00 €
H008/2022	Piano C3				775,00 €	775,00 €
H009/2022	Piano C7				1 080,00 €	1 080,00 €
H010/2022	Piano Steinway D				2 350,00 €	2 350,00 €
H011/2022	Kit DJ				335,00 €	335,00 €
I001/2022	Quadro Electrico 32 A 5 P				135,00 €	135,00 €
I002/2022	Quadro Electrico 63 A 5 P				170,00 €	170,00 €
I003/2022	Quadro Electrico 125 A 5P				200,00 €	200,00 €
I004/2022	Quadro Electrico 400 A 5P				340,00 €	340,00 €
I005/2022	Cablagem electrica 16 A 3 P (metro)				5,50 €	5,50 €
I006/2022	Cablagem electrica 32 A 3 P (metro)				5,50 €	5,50 €
I007/2022	Cablagem electrica 32 A 5 P (metro)				8,50 €	8,50 €
I008/2022	Cablagem electrica 63 A 5 P (metro)				8,00 €	8,00 €
I009/2022	Cablagem electrica 125 A 5 P (metro)				11,00 €	11,00 €

33/35

M008/2022	Rampa de acesso	495,00 €	520,00 €	523,15 €	512,72 €
M009/2022	Viga exterior em aço	1 650,00 €	1 732,50 €	1 773,75 €	1 718,75 €
M010/2022	Iluminação de Serviço e Emergência	5,50 €	5,80 €	5,95 €	5,75 €
N001/2022	Barreiras Anti-pânico 1m	90,75 €	95,30 €	97,60 €	94,55 €
N002/2022	Grades de Vedação	27,50 €	29,00 €	29,60 €	28,70 €
N003/2022	Grades Delimitadoras	55,00 €	57,75 €	59,15 €	57,30 €
N004/2022	Fitas extensíveis 3m	35,75 €	37,50 €	38,45 €	37,23 €
N005/2022	Malha-sol verde (ml)	11,00 €	11,55 €	11,85 €	11,47 €
N006/2022	Malha-sol opaca (ml)	16,50 €	17,00 €	17,75 €	17,08 €
O001/2022	Stand expositor M (3m x 3m x 2m)	825,00 €	865,00 €	886,90 €	858,97 €
O002/2022	Stand expositor L (6m x 3m x 2m)	1 000,00 €	1 050,00 €	1 075,00 €	1 041,67 €
O003/2022	Banca de madeira com toldo branco de pano (Posto de informação): 2,2m x 0,70m	302,50 €	320,00 €	325,20 €	315,90 €
O004/2022	Casa madeira 2,5m x 2,5m	786,50 €	825,00 €	845,50 €	819,00 €
O005/2022	Stand modulares 3m x 3m	434,50 €	455,00 €	467,10 €	452,20 €
P001/2022	Muralha Romana	30 000,00 €	31 500,00 €	32 250,00 €	31 250,00 €
Q001/2022	Dome 5m	1 210,00 €	1 270,00 €	1 300,75 €	1 260,25 €
Q002/2022	Tenda Cônica 3m x 3m	495,00 €	520,00 €	532,15 €	515,72 €
Q003/2022	Tenda Cônica 5m x 5m	605,00 €	635,00 €	650,40 €	630,13 €
Q004/2022	Tenda 2 águas 5m x 5m	453,75 €	475,00 €	487,80 €	472,18 €
Q005/2022	Tenda 2 águas 10m x 5m	907,50 €	950,00 €	975,60 €	944,37 €
Q006/2022	Tenda orbital 10m x 5m	1 361,25 €	1 430,00 €	1 463,35 €	1 418,20 €
Q007/2022	Tenda orbital 20m x 5m	2 722,50 €	2 860,00 €	2 926,70 €	2 836,40 €
Q008/2022	Tenda Tensionada 10x10 (pesos incluídos)	5 225,00 €	5 485,00 €	5 616,90 €	5 442,30 €
Q009/2022	Tunel Entrada (tenda orbital)	1 450,00 €	1 525,00 €	1 558,75 €	1 511,25 €
Q010/2022	Tenda 2 águas 15m x 5m	1 361,25 €	1 430,00 €	1 463,35 €	1 418,20 €
Q011/2022	Tenda 2 águas 20m x 5m	1 815,00 €	1 900,00 €	1 951,15 €	1 888,72 €
Q012/2022	Tenda 2 águas 25m x 5m	2 268,75 €	2 380,00 €	2 438,95 €	2 362,57 €
Q013/2022	Tenda orbital 15m x 5m	2 046,00 €	2 150,00 €	2 199,45 €	2 131,82 €
Q014/2022	Tenda orbital 25m x 5m	3 404,50 €	3 575,00 €	3 659,85 €	3 546,45 €
Q015/2022	Tenda de artesanato 2,40*1,5*2,2m	352,00 €	370,00 €	378,40 €	366,80 €
Q016/2022	Tenda de artesanato 2,40*2,5*2,2m	506,00 €	530,00 €	543,95 €	526,65 €
R001/2022	Contentor Balneário 6m x 2,44m	1 677,50 €	1 762,50 €	1 803,35 €	1 747,78 €
R002/2022	Contentor Sanitário 6m x 2,44m	1 677,50 €	1 762,50 €	1 803,35 €	1 747,78 €
R003/2022	Contentor Sanitário Mobilidade Reduzida + Berçário	1 210,00 €	1 270,50 €	1 300,75 €	1 260,42 €
R004/2022	Contentor Camarim 6mx2,4m (com mobiliário: 2 espelhos, 3 mesas, 6 cadeiras, 1 frigorífico, 1 charriô)	1 375,00 €	1 445,00 €	1 478,15 €	1 432,72 €
R005/2022	Sanitário Químico -un	247,50 €	260,00 €	266,10 €	257,87 €
R006/2022	Limpeza Sanitários - un	82,50 €	86,50 €	88,70 €	85,90 €

R007/2022	Contenitor Posto Informação 2,44m x 2,44m		550,00 €	577,50 €	591,25 €	572,92 €
S001/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 404	Bancadas	3 300,00 €	3 465,00 €	3 547,50 €	3 437,50 €
S002/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 608		5 513,20 €	5 790,00 €	5 926,70 €	5 743,30 €
T001/2022	Bombas de calor - un	Mobiliário Complementar	616,00 €	645,00 €	662,20 €	641,07 €
T002/2022	Ar-Condicionado - un		671,00 €	700,00 €	721,35 €	697,45 €
T003/2022	Guarda-corpos - ml		42,35 €	45,00 €	45,55 €	44,30 €
T004/2022	Alcatifa m2 com colocação		4,95 €	5,20 €	5,35 €	5,17 €
T005/2022	Frigorífico - un		107,25 €	112,50 €	115,30 €	111,68 €
T006/2022	Saia de Palco - m2		4,95 €	5,20 €	5,35 €	5,17 €
T007/2022	Conjunto mesa + 2 bancos compridos - un		90,75 €	95,00 €	97,60 €	94,45 €
T008/2022	Linóleo m2 (c/ colocação)		12,10 €	12,70 €	13,05 €	12,62 €
T009/2022	Estruturas Biombo - ml		46,75 €	50,00 €	50,30 €	49,02 €
T010/2022	Bancos compridos madeira - un		33,00 €	35,00 €	35,50 €	34,50 €
T011/2022	Sofá/Poltrona Individuais - un		110,00 €	115,50 €	118,25 €	114,58 €
T012/2022	Balcão de recepção - un		110,00 €	115,50 €	118,25 €	114,58 €
T013/2022	Lavatório de mãos - un		165,00 €	175,00 €	117,40 €	152,47 €
T014/2022	Sinalética WC e Mobilidade Reduzida (aérea e iluminada) - un		3 052,50 €	3 205,00 €	3 281,45 €	3 179,65 €
T015/2022	Pérgulas de madeira com tecido 3x3 - un		550,00 €	577,50 €	591,25 €	572,92 €
T016/2022	Bolas Insufiáveis c/ impressão (2m de diâmetro) - un		880,00 €	925,00 €	946,00 €	917,00 €
T017/2022	Paredes em madeira (1 m x 0,20m x 2m)		100,00 €	105,00 €	107,50 €	104,17 €
T018/2022	Púlpito em acrílico		385,00 €	400,00 €	413,90 €	399,63 €
T019/2022	Púlpito digital		770,00 €	810,00 €	827,75 €	802,58 €
T020/2022	Mesas de apoio baixas		37,50 €	40,00 €	40,35 €	39,28 €
T021/2022	Mesas de conferência		100,00 €	105,00 €	107,50 €	104,17 €
T022/2022	Secretárias brancas		49,50 €	52,00 €	53,25 €	51,58 €
T023/2022	Puff		37,50 €	40,00 €	40,35 €	39,28 €
T024/2022	Cadeiras pretas almofadadas		9,90 €	10,40 €	10,65 €	10,32 €
T025/2022	Estante de Cubos		385,00 €	405,00 €	413,90 €	401,30 €
T026/2022	Banco de Jardim em ferro		110,00 €	115,50 €	118,25 €	114,58 €
T027/2022	Candeeiro de Jardim em ferro		210,00 €	220,00 €	225,75 €	218,58 €

CADERNO DE ENCARGOS
Aluguer de Equipamento

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	3
1ª. Objeto.....	3
2ª. Contrato.....	3
3ª. Prazo do contrato.....	4
Secção I – Obrigações da entidade adjudicante.....	4
4ª. Obrigações da entidade.....	4
5ª. Preço contratual.....	4
6ª. Modificação contratual.....	5
7ª. Alterações ao contrato.....	5
8ª. Condições de pagamento.....	6
Secção II – Obrigações do cocontratante.....	7
9ª. Obrigações principais do cocontratante.....	7
10ª. Princípio Geral de Responsabilidade.....	8
11ª. Proteção de dados pessoais.....	9
12ª. Responsabilidades.....	9
13ª. Dever de sigilo.....	10
14ª. Termos de desempenho ambientais.....	10
Secção III – Penalidades contratuais e força maior.....	11
15ª. Penalidades contratuais.....	11
16ª. Força maior.....	11
Secção III – Resolução e subcontratação contratual.....	12
17ª. Resolução por parte da entidade adjudicante.....	12
18ª. Resolução por parte do cocontratante.....	13
19ª. Subcontratação e cessão da posição contratual.....	13
20ª. Foro competente.....	14
Secção IV – Disposições Finais.....	14
21ª. Comunicações e notificações.....	14
22ª. Gestor do Contrato.....	14
23ª. Local da prestação de serviços/ entrega dos bens.....	14
24ª. Contagem dos prazos.....	14

25ª.	Legislação aplicável	14
Parte II – Cláusulas Especiais		14
26ª.	Especificações técnicas.....	14
27ª.	Caracterização dos Equipamentos em Regime de Locação	15
28ª.	CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	24
29ª.	Equivalência Técnica	27

PARTE I – Cláusulas Gerais

1ª. Objeto

1. Procedimento **Concurso Público n.º CPI/01/25/DCP.**
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal de aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga.
3. O procedimento compreende os seguintes lotes:

Lote 1	SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES
Lote 2	TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS
Lote 3	SANITÁRIOS E AFINS

2ª. Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.
5. O Município de Braga pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta que se reportem a aspetos de execução do contrato, não regulamentados pelo presente Caderno de Encargos e, que não sejam estritamente necessários à sua execução, ou sejam considerados desproporcionados.

3ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2025, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
 - a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia, mas a sua execução só se inicia após o Visto do Tribunal de Contas.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao cocontratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

Secção I – Obrigações da entidade adjudicante

4ª. Obrigações da entidade

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos serviços/bens que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao cocontratante a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.
3. A entidade deve assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5ª. Preço contratual

1. Pela disponibilização dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao(s) adjudicatário(s) o preço constante da(s) proposta(s) adjudicada(s), em regime de fornecimento contínuo a até ao limite máximo mencionado no ponto três, de acordo com os **valores resultantes das quantidades efetivamente requisitadas e o**

preço unitário dos artigos constantes da(s) proposta(s) adjudicada(s), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Os valores contratuais estimados, por lote, obtidos pela multiplicação dos preços unitários adjudicados pelas quantidades efetivas não poderão exceder os seguintes montantes, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA):

Lotes	Preço Base
Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES	712.546,71 €
Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS	617.080,08 €
Lote 3 - SANITÁRIOS E AFINS	73.355,94 €
TOTAL	1.402.982,73€

3. O produto da multiplicação dos preços unitários efetivos, resultante da(s) proposta(s) adjudicada(s) pelas quantidades efetivas, não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 1.402.982,73, no total dos lotes, no prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. O preço a que se refere o n.º 2 considera-se executado com a prestação integral dos serviços/fornecimento integral dos bens.

6ª. Modificação contratual

Os prazos previstos na cláusula 3ª – Prazo do contrato, podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do cocontratante devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, salvaguardando o limite temporal de 3 anos.

7ª. Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos.

2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma alguma antecedência em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

8ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
 - ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
 - d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com servico.contabilidade@cm-braga.pt
2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
3. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas/serviços prestados, se aplicável.
4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens/execução dos serviços prestados.

5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

Secção II – Obrigações do cocontratante

9ª. Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais: Obrigação de entrega e disponibilização dos bens identificados na sua proposta;
 - a. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
 - b. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato;
 - c. Obrigação da apresentação de um orçamento prévio à realização do evento, por forma a se controlar os custos de cada evento.
 - d. Obrigação da presença de um coordenador técnico durante as montagens e desmontagens do evento e durante os dias do evento.
 - e. Deverá ser assegurada toda a assistência técnica necessária durante a montagem e desmontagem dos diversos equipamentos e no decurso do evento, disponibilizando os recursos humanos e os equipamentos/materiais necessários à correção ou supressão de problemas que possam ocorrer, garantindo a operacionalidade, sem custos adicionais para a entidade adjudicante.

- f. É da responsabilidade da entidade adjudicatária o envio dos termos de responsabilidade dos equipamentos, assim como, dos seguros de responsabilidade civil, descrições técnicas e outra documentação relevante para garantir que todos os bens cumprem a legislação em vigor.
 - g. Todas as despesas e custos com o transporte, montagem e desmontagem dos bens, objeto do presente procedimento, de e para os locais de instalação, são da inteira responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços.
- 2. O cocontratante obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 - 3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
 - 4. Não alterar as condições das obrigações fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
 - 5. São igualmente da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

10ª. Princípio Geral de Responsabilidade

- 1. O Município de Braga poderá, se assim o entender e sempre que tal, no seu juízo, se mostrar necessário em virtude de qualquer situação de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações que legal ou contratualmente incumbam ao Cocontratante, intervir diretamente na boa execução do Contrato, substituindo-se ao Cocontratante sem que tal implique qualquer modificação no âmbito da sua responsabilidade. Todos os custos dessa intervenção correrão por conta do Cocontratante.
- 2. O Cocontratante responderá, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que irão constituir o objeto do Contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos danos e prejuízos causados por Terceiros contratados no âmbito das atividades compreendidas no Contrato sem limitação quaisquer danos materiais e/ou morais, continuados ou não, e lucros cessantes.

3. O Cocontratante responderá também por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes resultantes de deficiências ou omissões de atuação que impliquem um mau cumprimento ou incumprimento das obrigações que para si decorrem do Contrato.

11ª. Proteção de dados pessoais

1. O Cocontratante obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos n.ºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

12ª. Responsabilidades

1. O cocontratante(s) respondem perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo(s) cocontratante(s), no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último

indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4. Correm inteiramente por conta do(s) cocontratante(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

13ª. Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

14ª. Termos de desempenho ambientais

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.
2. Garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

Secção III – Penalidades contratuais e força maior

15ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

16ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Secção III – Resolução e subcontratação contratual

17ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo cocontratante, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por

escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.

4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do cocontratante:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessação da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante.

18ª. Resolução por parte do cocontratante

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

19ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. O pessoal proposto pelo adjudicatário só pode ser substituído com o expresse e prévio consentimento da entidade adjudicante, após verificação de que essa substituição proporciona um nível de qualidade equivalente ao exigido no procedimento pré-contratual (e que permitirá uma determinada avaliação da proposta ganhadora).
3. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

20ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Secção IV – Disposições Finais

21ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

22ª. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

23ª. Local da prestação de serviços/ entrega dos bens

Os bens objeto do contrato devem ser entregues, disponibilizados e montados em datas e locais a acordar com o Município de Braga.

24ª. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

25ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

26ª. Especificações técnicas

Nota: Constan no "Mapa de quantidades", artigos cuja quantidade estimada é zero, no **entanto é obrigatório sob pena de exclusão a indicação do preço unitário.**

A indicação do preço unitário obrigatório prende-se com uma eventual "troca de necessidades" uma vez que as quantidades são meramente estimadas.

27ª. Caracterização dos Equipamentos em Regime de Locação

Código	Descrição	Quantidades Estimadas 2º Semestre	Área	Lotes
A001/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Extra-Grande) frente palco +side	40,00	Audio	LOTE 1
A002/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Grande) Frente e Palco	33,00		
A003/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Médio) Mo mesa frente	48,00		
A004/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Pequeno)	53,00		
A005/2022	Especificações técnicas (Audio Som Ambiente)	38,00		
B001/2022	4 headset + 4 microfone wireless	117,00	Microfonia + Palco	
B002/2022	8 headset + 4 microfone wireless	89,00		
B003/2022	Microfonia para Banda Kit Standart	99,00		
C001/2022	Basic Convencional	84,00	Iluminação	
C002/2022	Convencional TP Pack	15,00		
C003/2022	Convencional Teatro	19,00		
C004/2022	Moving Head + Static 12 unid	41,00		
C005/2022	Moving Head + Static 24 unid	4,00		
C006/2022	Moving Head + Static 36 unid	23,00		
C007/2022	Static Strob 12 unid	11,00		

C008/2022	Arquitetural exterior	97,00		
C009/2022	Arquitetural interior	65,00		
C010/2022	Iluminação Arri 5k	3,00		
C011/2022	Mesa de Iluminação	24,00		
D001/2022	Box Truss 10 x10m	43,00	Equipamento complementar a evento	
D002/2022	Box Truss 30 x 5 x 7 (3 meses)	1,00		
D003/2022	Decks palco (10 und)	27,00		
D004/2022	TECIDO TENSIONADO M2	1360,00		
D005/2022	Passa Cabos 2 vias	470,00		
D006/2022	Passa cabos 5 vias	121,00		
D007/2022	Linóleo dança 12 x 10	6,00		
D008/2022	Estrutura Truss 6x4 com tela incluída	34,00		
D009/2022	Cabine de tradução Normalizada	10,00		
D010/2022	Sistema de Auriculares	220,00		
D011/2022	Estrutra truss Folding 10 metros altura	20,00		
E001/2022	Ecrã LED 3,5 x 2	37,00	Multimédia	
E002/2022	Ecrã LED 4,5 x 2,5 m	0,00		
E003/2022	Ecrã LED 5,5 x 3	27,00		
E004/2022	Ecrã LED 7 x 4	6,00		
E005/2022	Ecrã LED 11 x 6	9,00		
E006/2022	LCD 85" com Suporte móvel	5,00		

E007/2022	Projetor de vídeo 7500 ANSIlumens	10,00	
E008/2022	Projetor de vídeo 15000 ANSIlumens	10,00	
E009/2022	Projetor de video 20000 ANSIlumens	7,00	
E010/2022	Projetor de video 30000 ANSIlumens	0,00	
E011/2022	Banner Led 70 x1m com estrutura em Truss 6 metros de altura	2,00	
E012/2022	Projetor de cinema DCP	30,00	
F001/2022	04 maquinas C02	22,00	Efeitos
F002/2022	04 maquinas de fogo	32,00	
F003/2022	08 Sparkulares	27,00	
F004/2022	Máquina de Neve	2,00	
F005/2022	Máquina de Confetis	29,00	
G001/2022	Captação de Imagens com 3 camaras	23,00	Streaming
G002/2022	Streaming	23,00	
G003/2022	Grua com operador	17,00	
H001/2022	Mobiliario de Palco Orquestra	9,00	Backline
H002/2022	Bateria Backline	4,00	
H003/2022	Combo Guitarra Electrica	2,00	
H004/2022	Combo baixo electrico	2,00	
H005/2022	Guitarra Electrica	3,00	
H006/2022	Baixo Electrico	2,00	
H007/2022	Teclado Nordstage	2,00	

H008/2022	Piano C3	5,00		Cabelagem Complementar
H009/2022	Piano C7	0,00		
H010/2022	Piano Steinway D	1,00		
H011/2022	Kit DJ	13,00		
I001/2022	Quadro Electrico 32 A 5 P	30,00		
I002/2022	Quadro Electrico 63 A 5P	29,00		
I003/2022	Quadro Electrico 125 A 5P	55,00		
I004/2022	Quadro Electrico 400 A 5P	16,00		
I005/2022	Cablagem electrica 16 A 3 P (metro)	202,00		
I006/2022	Cablagem electrica 32 A 3 P (metro)	1113,00		
I007/2022	Cablagem electrica 32 A 5 P (metro)	160,00		
I008/2022	Cablagem electrica 63 A 5 P (metro)	345,00		
I009/2022	Cablagem electrica 125 A 5 P (metro)	340,00		
I010/2022	Cablagem Electrica 250 A 1 P (Metro)	100,00		
J001/2022	Gerador 100 kva	0,00	Gerador	
J002/2022	Gerador 150 kva	21,00		
J003/2022	Gerador 180 kva	12,00		
J004/2022	Gerador 250 kva	2,00		
J005/2022	Gerador 330 kva	8,00		
J006/2022	Abastecimento Gerador /h	174,00		
J007/2022	Sincronização	7,00		

K001/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,20m e 0,40m)	443	Estrados Técnicos	LOTE 2
K002/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,40m e 0,60m)	299,5		
K003/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,60m e 0,80m)	2362,5		
K004/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,80m e 1,00m)	175		
K005/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,00m e 1,20m)	1562,5		
K006/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,20m e 1,40m)	0		
K007/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,40m e 1,60m)	0,00		
K008/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,60m e 1,80m)	225,00		
K009/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,80m e 2,00m)	825,00		
K010/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 2,00m e 3,00m)	325,00		
L001/2022	Palco Orbital (187,5m2) 15m x 12,5m + pre-rigg 10m	1,00	Palcos	
L002/2022	Palco Orbital (250m2) 20m x 12,5m + pre-rigg 15m	0,00		
L003/2022	Palco Orbital (100m2) 10m x 10m + pre-rigg 5m	2,00		
L004/2022	Palco SRS 20m x 16,25m + pre-rig 15m	1,00		
L005/2022	Palco SRS 17,5m x 10m + pre-rig 10m	2,00		
M001/2022	Régie Orbital com 2 andares	2,00	Acessórios de Palco	
M002/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 12m	15,00		
M003/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 10m	5,00		
M004/2022	Pesos em betão 100kg 500Kg e 1000Kg	58,00		
M005/2022	Áreas de Serviço 3,75m x 7,5m	6,00		
M006/2022	Lonas ortofónicas para Torres PA	0,00		

M007/2022	Escadas de palco	32,00		LOTE 2
M008/2022	Rampa de acesso	33,00		
M009/2022	Viga exterior em aço	5,00		
M010/2022	Iluminação de Serviço e Emergência	600,00		
N001/2022	Barreiras Anti-pânico 1m	355,00	Grades/Vedações	
N002/2022	Grades de Vedação	0,00		
N003/2022	Grades Delimitadoras	0,00		
N004/2022	Fitas extensíveis 3m	0,00		
N005/2022	Malha-sol verde (ml)	0,00		
N006/2022	Malha-sol opaca (ml)	0,00		
O001/2022	Stand expositor M (3m x 3m x 2m)	10,00	Stands	
O002/2022	Stand expositor L (6m x 3m x 2m)	10,00		
O003/2022	Banca de madeira com toldo branco de pano (Posto de informação): 2,2m x 0,70m	10,00		
O004/2022	Casa madeira 2,5m x 2,5m	47,00		
O005/2022	Stands modulares 3m x 3m	22,00		
Q001/2022	Dome 5m	2,00	Tendas	
Q002/2022	Tenda Cônica 3m x 3m	11,00		
Q003/2022	Tenda Cônica 5m x 5m	9,00		
Q004/2022	Tenda 2 águas 5m x 5m	2,00		
Q005/2022	Tenda 2 águas 10m x 5m	2,00		
Q006/2022	Tenda orbital 10m x 5m	0,00		

Q007/2022	Tenda orbital 20m x 5m	8,00		
Q008/2022	Tenda Tensionada 10x10 (pesos incluídos)	3,00		
Q009/2022	Tunel Entrada (tenda orbital)	3,00		
Q010/2022	Tenda 2 águas 15m x 5m	8,00		
Q011/2022	Tenda 2 águas 20m x 5m	4,00		
Q012/2022	Tenda 2 águas 25m x 5m	8,00		
Q013/2022	Tenda orbital 15m x 5m	0,00		
Q014/2022	Tenda orbital 25m x 5m	0,00		
Q015/2022	Tenda de artesanato 2,40*1,5*2,2m	0,00		
Q016/2022	Tenda de artesanato 2,40*2,5*2,2m	2,00		
R001/2022	Contentor Balneário 6m x 2,44m	0,00	Sanitários	LOTE 3
R002/2022	Contentor Sanitário 6m x 2,44m	13,00		
R003/2022	Contentor Sanitário Mobilidade Reduzida + Berçário	5,00		
R004/2022	Contentor Camarim 6mx2,4m (com mobiliário: 2 espelhos, 3 mesas, 6 cadeiras, 1 frigorífico, 1 charrió)	11,00		
R005/2022	Sanitário Químico VIP -un	33,00		
R006/2022	Limpeza Sanitários - un	216,00		
R007/2022	Contentor Posto Informação 2,44m x 2,44m	0,00		
S001/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 404	3,00	Bancadas	LOTE 2
S002/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 608	2,00		
T001/2022	Bombas de calor - un	0,00	Mobiliário Complementar	
T002/2022	Ar-Condicionado - un	0,00		

T003/2022	Guarda-corpos - ml	106,00	
T004/2022	Alcatifa m2 com colocação	2499,50	
T005/2022	Frigorífico - un	3,00	
T006/2022	Saia de Palco - m2	1077,50	
T007/2022	Conjunto mesa + 2 bancos compridos - un	6,00	
T008/2022	Linóleo m2 (c/ colocação)	1656,00	
T009/2022	Estruturas Biombo - ml	25,00	
T010/2022	Bancos compridos madeira - un	0,00	
T011/2022	Sofá/Poltrona Individuais - un	0,00	
T012/2022	Balcão de recepção - un	4,00	
T013/2022	Lavatório de mãos - un	10,00	
T014/2022	Sinalética WC e Mobilidade Reduzida (aérea e iluminada) - un	0,00	
T015/2022	Pérgulas de madeira com tecido 3x3 - un	0,00	
T016/2022	Bolas Insufláveis c/ impressão (2m de diâmetro) - un	4,00	
T017/2022	Paredes em madeira (1 m x 0,20m x 2m)	20,00	
T018/2022	Púlpito em acrílico	2,00	
T019/2022	Púlpito digital	1,00	
T020/2022	Mesas de apoio baixas	10,00	
T021/2022	Mesas de conferência	4,00	
T022/2022	Secretárias brancas	6,00	
T023/2022	Puff	25,00	

T024/2022	Cadeiras pretas almofadadas	112,00	
T025/2022	Estante de Cubos	6,00	
T026/2022	Banco de Jardim em ferro	6,00	
T027/2022	Candeeiro de Jardim em ferro	5,00	
T028/2022	Planta alta (>2,25m) com floreira 0.6x0.6m	0,00	
T029/2022	Planta baixa com floreira	0,00	
T030/2022	Paredes amovíveis com rodas em madeira (2 m x 0,20m x 2m)	0,00	
T031/2022	Guarda-sol com base de sustentação	12,00	
T032/2022	Conjunto mesa alta + 2 bancos altos - un	15,00	

Encontram-se nos documentos anexos ao presente caderno de encargos: Anexos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, Q, R, S, T.

LOTE 1 Modelos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J	SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES
LOTE 2 Modelos K, L, M, N, Q, T, O, S	TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS
LOTE 3 Modelo R	SANITÁRIOS

Encontra-se no mapa excell designado "Anexo II CE" as previsões de quantidades por eventos.

28ª. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS A AFETAR À EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Aplicável a todos os Lotes

Para qualquer um dos Lotes todos os equipamentos a afetar à execução do contrato devem constar do documento da Proposta denominado "Listagem de Equipamentos", no qual devem ser apresentadas todas as suas características e especificações, nomeadamente quanto aos seguintes itens, bem como todas as demais informações que serão objeto de avaliação no respetivo subfactor da Valia Técnica «**Equipamentos técnicos a afetar à execução do contrato (EQUI) – 40%**»:

- **Sustentabilidade:**

o uso de equipamentos que, sem comprometer a potência, apresentem menor consumo de energia elétrica. Soluções como tecnologias de iluminação a LED, amplificadores eficientes em termos energéticos e dispositivos com gestão inteligente de consumo serão preferenciais. Equipamentos que minimizem emissões de calor ou ruído excessivo, contribuindo para um ambiente sustentável.

- **Qualidade:**

Equipamentos de som, luz e estruturas devem oferecer alta performance, garantindo clareza de áudio, iluminação adequada, estabilidade e segurança nos diferentes tipos de eventos. Todos os equipamentos e estruturas devem cumprir as normas de segurança aplicáveis, garantindo resistência a condições adversas e operação segura. Palcos, mobiliário e sanitários devem proporcionar conforto e segurança ao público. Equipamentos audiovisuais devem oferecer uma experiência agradável sem causar desconforto visual ou auditivo. Equipamentos e estruturas devem apresentar um design funcional e visualmente agradável, integrando-se harmoniosamente no ambiente do evento.

- **Eficiência:**

Equipamentos que utilizem menos energia elétrica (ex.: iluminação LED, geradores eficientes) e recursos de forma otimizada, sem comprometer a potência ou a qualidade, serão valorizados. Equipamentos e estruturas que permitam montagem e desmontagem rápidas e com menos esforço, reduzindo o tempo de preparação dos eventos e otimizando a logística. Soluções que requeiram manutenção mínima durante os eventos e que garantam operação

contínua e eficiente, evitando interrupções ou falhas. Sistemas modulares e flexíveis, que possam ser ajustados facilmente para diferentes eventos e locais, serão considerados eficientes, maximizando a versatilidade e minimizando o esforço operacional.

- **Durabilidade e confiabilidade:**

Equipamentos e estruturas devem ser fabricados com materiais duráveis, capazes de suportar uso contínuo e condições ambientais adversas (ex.: vento, chuva, sol intenso), especialmente para eventos ao ar livre; devem garantir uma operação estável e confiável durante longos períodos, minimizando falhas ou interrupções durante os eventos; a resistência ao desgaste, choques e manuseio repetido será valorizada, especialmente em itens que exijam montagem e desmontagem frequentes.

- **Flexibilidade e escalabilidade:**

Equipamentos e estruturas devem ser flexíveis e facilmente ajustáveis para diferentes configurações de eventos, sem comprometer a qualidade ou a segurança. Sistemas que possibilitem a adição de equipamentos ou estruturas extras sem comprometer a segurança ou a qualidade do desempenho, permitindo que a operação cresça conforme as necessidades do evento. Equipamentos que sejam compatíveis com diferentes tecnologias e sistemas existentes, facilitando a integração e o uso de soluções variadas nos diferentes eventos.

- **Tecnologia e recursos avançados:**

Será valorizado o uso de tecnologias que aumentem a eficiência, conectividade e controlo remoto, facilitando a operação e monitorização. Equipamentos que incorporem tecnologias de ponta, como processamento digital de áudio e vídeo, garantirão melhor desempenho e qualidade nas apresentações. Sistemas que incluam recursos de monitoramento e diagnóstico para identificar falhas ou problemas em tempo real, permitindo intervenções rápidas e minimizando interrupções. Tecnologias que promovam a sustentabilidade, como equipamentos de baixo consumo energético e sistemas de recuperação de energia, contribuirão para a eficiência e responsabilidade ambiental dos eventos.

- **Compatibilidade e integração:**

Equipamentos que possam ser facilmente integrados com outros sistemas e tecnologias já existentes sem necessidade de adaptações complexas ou comprometer a performance. Equipamentos que funcionem de forma eficiente com dispositivos de diferentes marcas e modelos, oferecendo flexibilidade para

uso em diversas configurações de eventos e locais. A capacidade dos equipamentos e estruturas de se comunicarem e funcionarem de forma coesa, permitindo operações simplificadas e integração harmoniosa de diferentes componentes técnicos. Equipamentos que permitam a expansão e conexão com sistemas adicionais, sem comprometer a funcionalidade ou exigir substituições, serão preferidos por sua flexibilidade e longevidade operacional.

• **Certificação dos equipamentos e licenciamento do software:**

Os equipamentos devem possuir certificações que comprovem sua conformidade com normas internacionais de segurança e qualidade, garantindo sua adequação para uso em eventos e a segurança dos utilizadores. Os softwares utilizados para controlar ou monitorar os equipamentos devem ser devidamente licenciados, garantindo atualizações regulares, suporte técnico e conformidade com as leis de propriedade intelectual. Equipamentos que possuam certificações ambientais serão valorizados, promovendo a sustentabilidade do evento. Todos os softwares e equipamentos devem estar em conformidade com as legislações vigentes, garantindo seu uso legal, eficiente e seguro durante a execução do contrato.

B. EQUIPA TÉCNICA ESPECIALIZADA A AFETAR À EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Cada concorrente deve afetar à execução de cada lote uma **equipa técnica especializada constituída, no mínimo por:**

Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES

- Um (1) coordenador de equipa,
- Um (1) responsável de som,
- Um (1) responsável de luz,
- Um (1) Rigger,
- Um (1) responsável de vídeo,
- Um (1) Stage Manager,

O concorrente deve apresentar **Curriculum Vitae** de cada um destes profissionais que evidencie, designadamente, as suas qualificações, formações, certificações, experiência profissional e histórico de eventos em que tenha trabalhado na função a que são afetos, bem como todas as demais informações/atributos que serão objeto de avaliação no respetivo subfactor da Valia Técnica «**Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato (EXP) – 30%»**».

Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e

BANCADAS

- Um (1) coordenador de equipa,
- Um (1) arquiteto,
- Um (1) engenheiro civil,
- Um (1) encarregado técnico,

O concorrente deve apresentar **Curriculum Vitae** de cada um destes profissionais que evidencie, designadamente, as suas qualificações, formações, certificações, experiência profissional e histórico de eventos em que tenha trabalhado na função a que são afetos, bem como todas as demais informações/atributos que serão objeto de avaliação no respetivo subfactor da Valia Técnica «**Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato (EXP) – 30%»**».

Lote 3 - SANITÁRIOS E AFINS

- Um (1) coordenador técnico,
- Um (1) encarregado técnico.

O concorrente deve apresentar **Curriculum Vitae** de cada um destes profissionais que evidencie, designadamente, as suas qualificações, formações, certificações, experiência profissional e histórico de eventos em que tenha trabalhado na função a que são afetos, bem como todas as demais informações/atributos que serão objeto de avaliação no respetivo subfactor da Valia Técnica «**Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato (EXP) – 30%»**».


29ª. Equivalência Técnica

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 49.º do CCP, sempre que se verifiquem quaisquer menções a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção deve considerar-se, em tais casos, **a menção "ou equivalente"**.

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 2025 / 02 / 25

 O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)